



Perceção de Fraude em Portugal

Manuel Carlos Nogueira

Num estudo recente levado a cabo através de um inquérito dirigido a 1210 indivíduos (que contou com a colaboração da GfK Portugal na recolha dos dados), que por si representam as características da população portuguesa, o OBEGEF – Observatório de Economia e Gestão de Fraude, pretendeu obter junto dos portugueses a perceção que estes têm de um tema tão importante para a sociedade como é a fraude. Trata-se de um estudo pioneiro a nível mundial, sendo que o objetivo num futuro próximo é construir um Índice de Perceção de fraude (IPF).

Apesar da fraude ser um fenómeno de difícil

mensuração e avaliação, é importante ser estudada fundamentalmente por dois motivos. Em primeiro lugar, ao se procurar mensurar (nem que seja através da sua perceção) e avaliar o risco de fraude, pode-se melhorar as ações de prevenção e combate. Em segundo lugar, mas não menos importante, serve para alertar os possíveis interessados que, sem existir uma noção quantificável, tendem a ignorar ou minorar os riscos e por consequência os prejuízos que podem ter que suportar.

Importa desde já salientar que este estudo não tem como objetivo (nem poderia ter), a quantificação da

fraude em Portugal, mas sim, a avaliação da perceção de fraude, bem como a sua evolução ao longo dos próximos anos.

Assim, a partir do início do próximo ano e tendo por base a comparação com os dados obtidos em 2016, já vai ser possível saber se a perceção global de fraude dos portugueses, aumentou, diminuiu ou manteve-se, bem como quais as dimensões em que isso ocorreu. Será uma análise muito pormenorizada, atendendo também aos quinze fatores socioeconómicos contemplados no estudo, para além das sete dimensões consideradas e

que serão parte integrante do citado índice.

No entanto para este primeiro ano, já é possível obter algumas conclusões que nos parecem interessantes de referir.

Em primeiro lugar, podemos concluir que em termos globais as mulheres têm uma percepção de fraude superior aos homens, nomeadamente consideram que o sistema de justiça é mais deficiente no combate à fraude do que os homens.

Em termos de região de residência, as populações residentes no interior do país, no Alentejo e no Algarve usufruem de uma percepção de fraude claramente superior à média nacional. Existe assim uma clara divisão entre o litoral e o interior, sendo que os habitantes do litoral percecionam menos a fraude. De todo o interior do país, é no Alentejo que a percepção da fraude é superior. Também é nesta região, onde se acredita

menos no funcionamento do sistema de justiça no combate à fraude e onde é considerado que existe um maior contacto com a fraude.

Facto curioso (mas se pensarmos bem talvez não), é que é na Grande Lisboa que a percepção de fraude é menor, mais concretamente nos habitantes da própria cidade. Estes cidadãos acreditam que a fraude existe, mas numa dimensão menor do que aquela que é percecionada pelo resto do país.

No que diz respeito ao grau de escolaridade, é observado o claro princípio de que os extremos se tocam. Quem possui menos escolaridade ou quem possui escolaridade de nível superior, tem uma percepção de fraude menor do que por exemplo quem tem o 12º ano como escolaridade máxima.

Atendendo ao status social, existe uma relativa homogeneidade entre as diferentes classes, mas no que se refere à profissão, tal

já não acontece. As donas de casa são as que têm uma percepção de fraude mais elevada. Em sentido contrário, os estudantes são os que apresentam uma percepção de fraude mais baixa. As dimensões onde existem maiores diferenças entre estas duas classes profissionais, são na evolução geral da fraude, no tamanho atual da fraude e nos tipos de vítimas de fraude.

No que se refere ao estado civil dos respondentes, os viúvos são os que apresentam uma percepção de fraude mais elevada e claramente acima dos restantes, nomeadamente nas dimensões da evolução geral da fraude e na sua evolução pelos diversos tipos considerados. Os portugueses casados ou que vivem em união de facto, são os que têm uma percepção de fraude mais baixa.

Situação que deveria levar a uma reflexão, é que independentemente da faixa etária, da região de

residência, do status social ou do nível de escolaridade, os portugueses, de uma maneira geral não acreditam no funcionamento do sistema de justiça no combate à fraude, dado que a classificam entre média a pequena.

Outra conclusão também preocupante, é que a fraude no seu total tem aumentado em Portugal. Nesta fase não podemos referir em que tipo de fraude é que esse aumento é percecionado, mas em termos globais os

portugueses acreditam nesse aumento.

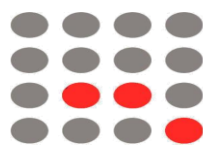
No próximo ano, através de comparações, vamos poder obter conclusões adicionais, mas podemos para já reter duas ideias importantes. Em primeiro lugar a fraude é percecionada como estando a aumentar, e em segundo lugar os portugueses não acreditam no funcionamento do sistema de justiça no que se refere no combate à fraude.

Não podemos de forma alguma afirmar que a fraude no seu global tem

aumentado e, que o sistema de justiça não a combate de uma forma eficaz. Apenas podemos referir que a perceção dos portugueses é essa. Como muitas vezes o povo sabiamente diz, onde há fumo, há fogo. Será que neste caso existe fumo sem fogo, e que esta perceção não se adequa de todo à realidade?

Pessoalmente, já retirei as minhas próprias conclusões.

Vale a pena pensar nisto.



OBEGEF
Observatório de Economia
e Gestão de Fraude